

*A Síndrome do anonimato**

Um breve manual para os repórteres
que desejam rebelar-se contra
um mau hábito que se dissemina

*David Johnston***

ABSTRACT

The Syndrome of the Anonymity

This feature deals with the complaints because of the exceeding use of statements without mention of the source, which have become widespread in the american journalism. Too many people wish to word their viewpoints, provide they remain anonym. The information off the record is becoming a great problem.

RESUMO

O artigo trata das queixas sobre o uso excessivo de declarações sem menção da fonte, que se tornaram comuns no jornalismo americano. E muitas pessoas querem expressar seus pontos de vista, contanto que fiquem no anonimato. A informação em "off" está se transformando em grande problema.

Quando o "Miami Herald" designou o redator sênior Martin Merzer para escrever o perfil do proprietário dos "Dolphins", Joseph Robbie, por motivo da recente inauguração do seu estádio de futebol de US\$ 102 milhões em North Dade County, os colegas de Merzer o advertiram de que seria muito difícil encontrar alguém influente na elite do sul da Flórida que quisesse falar *on the record* sobre o lado obscuro daquele grande jogador. Robbie, de 71 anos, é um homem complicado, que bebe muito e se criou em Dakota do Sul usando calças remendadas, mas que construiu o Estádio Joe Robbie sem um centavo do dinheiro do contribuinte. Seus ex-empregados lhe chamam "J.R.", aludindo não às suas iniciais, mas a uma personalidade parecida com o maquiavélico Ewing do seriado "Dallas".

(*) *Extraído da "Columbia Journalism Review".*

(**) *David Johnston pertence ao corpo de redatores do "Los Angeles Times".*

No entanto, quando a matéria de Merzer saiu publicada a 2 de agosto, os nomes de mais de uma dúzia de amigos íntimos de Robbie – alguns dos quais falaram com muita franqueza – acompanharam suas declarações entre aspas. Lembra Merzer que teve de entrevistar mais de trinta fontes para encontrar aquelas dispostas a se responsabilizar por depoimentos sobre o hábito de beber e o espírito vingativo de Robbie, bem como sobre sua menos conhecida generosidade para com os amigos, a família e a comunidade.

“Por não usar fontes não identificadas, perdi algumas das melhores histórias que mostravam o lado mais obscuro de Joe Robbie”, diz Merzer, “e teria sido muito bom encaixá-las em minha reportagem. Mas esta fatalmente teria ficado enfraquecida se eu tivesse usado citações não autorizadas”.

Queixas sobre o uso excessivo de declarações sem menção da fonte tornaram-se lugar-comum no jornalismo americano. Os editores dos mais respeitados jornais têm feito reiteradas denúncias, mas suas primeiras páginas – e, cada vez mais, até suas páginas de *feature* – continuam a ser a tribuna usada por pessoas que desejam expressar seu ponto de vista contanto que fiquem no anonimato. Mas, como o trabalho de Merzer mostra, a criatividade e a persistência podem persuadir os entrevistados a falar *on the record*. Citar uma fonte identificada em determinada matéria, apoiando-a com um número especificado de fontes não identificadas, como fez Merzer em trechos de seu trabalho, reveste as reportagens de mais credibilidade.

Merzer trabalha em um jornal em que um dos principais editores, Gene Miller, que ganhou duas vezes o Prêmio Pulitzer, tem por função controlar a qualidade das reportagens. Segundo Miller, o anonimato “é um convite ao exagero, ao enfeite, à distorção e, portanto, a um trabalho menos confiável. E isto é válido tanto para o repórter quanto para a fonte. É um mau hábito que está piorando”. Ele também acredita que os repórteres “em geral não insistem bastante” para convencer a fonte a permitir sua identificação. E com grande frequência, acrescenta, “a fonte lê que alguém declinou de ser identificado, e se pergunta, ‘ora, por que eu também não?’. No final o leitor é enganado”.

Miller, que regularmente investe na redação do “Herald” contra o uso de fontes não identificadas, reconhece que há ocasiões em que a prática é justificada, mesmo num *feature*, mas insiste em que os leitores têm direito ao máximo de identificação possível, assim como a uma explicação pela atribuição incompleta. Ele refere-se a uma matéria, escrita pelo repórter do “Herald” Steve Sonsky, sobre um apostador em corridas de cavalos que permitiu o uso apenas do seu prenome. Sonsky explicou aos leitores que a entrevista “foi na hora do demorado almoço de Tony”, que sua mulher nada sabia sobre as apostas do marido, e que ele havia ganho US\$252 na primeira corrida.

O que pode ser feito para limitar severamente, senão eliminar por completo, as fontes anônimas? O método antiquado de Merzer é unilateral. Mas há outras técnicas, conforme os breves depoimentos de alguns dos mais famosos repórteres do país – mais um punhado de sugestões para a reflexão de redatores, editores e comunicadores em geral.

Steve Weinberg, licenciado do posto de diretor executivo da Investigative Reporters and Editors, Inc., diz que o único e mais importante meio de reduzir o uso de fontes não identificadas consiste na busca mais amudada de documentos. “Encontro documentos em todo tipo de lugares onde não poderia ter entrado há dez ou quinze anos”, diz Weinberg, que está escrevendo um

livro sobre o industrial Armand Hammer, cuja fortuna cresceu em parte por causa de sua associação com vários dos líderes soviéticos. "Consultei inúmeras coleções de jornais, algo que os jornalistas em geral não fazem. Examinei jornais enviados para bibliotecas. Estive em todas as bibliotecas presidenciais e encontrei documentos sobre Hammer em todas elas, muitos escritos por pessoas que não concordariam em fornecer dados para a minha pesquisa. Quando, no entanto, lhes digo o que tenho em mãos, essas pessoas admitem conversar comigo – contanto que limitemos a conversa aos assuntos contidos nos documentos".

O problema em relação aos documentos é que, até nas melhores empresas jornalísticas, é escassa a mão-de-obra capacitada para garimpar montanhas de papel em busca de poucos mas preciosos fatos. Não são muitos os repórteres capazes de remontar à origem das escrituras de transferência de propriedades, ou localizar documentos sobre segurança do trabalhador, ou, ainda, invocar a Lei de Liberdade de Informações de modo a que ela produza resultados. Tais habilidades – que são facilmente ensinadas e que todos os jornalistas deviam possuir e poder aplicar quando necessário – são geralmente privativas dos repórteres pesquisadores.

Pete Carey, um dos repórteres da equipe do "San José Mercury News", que ganhou o Prêmio Pulitzer 1986 por revelar como o ditador das Filipinas Ferdinand Marcos e seus amigos mais íntimos compraram propriedades nos Estados Unidos no valor de dezenas de milhões de dólares, emprega uma técnica interessante: inicialmente ele promete às fontes não citá-las nominalmente, se elas assim solicitarem. Mas há uma armadilha. Após deixar suas fontes falarem livremente, ele lhes diz que "se quiserem ver alguma coisa no jornal, terão de ajudar-me a documentar suas afirmações ou falarem *on the record*. Mesmo numa entrevista *off-the-record*", diz Carey, "lembro-lhes que posso querer citá-los quando estiver escrevendo a história e lhes telefonarei dizendo o que desejo citar". Nesse ponto, em geral, os entrevistados concordam em falar *on the record*.

"As pessoas não raro ficam receosas sobre as citações que lhes serão atribuídas pelo repórter. Mas quando compreendem o que este está fazendo, ficam mais à vontade, e eu também, porque sei que há menos probabilidade de elas negarem suas declarações depois de vê-las publicadas."

Assim como Carey, William K. Marimow, do "Philadelphia Inquirer", ouviu pessoas que não estão dispostas a ser citadas – pelo menos de início –, às vezes cita fontes não identificadas. Mas Marimow, cuja obstinada cobertura da conduta delituosa de detetives homicidas e das unidades K-9 de Filadélfia conquistou para o seu jornal um Prêmio Pulitzer e abriu caminho para a obtenção de um segundo, também usa várias técnicas efetivas para induzir suas fontes a falarem *on the record*.

Marimow está entre um número crescente de repórteres que acabam suas entrevistas relendo para as fontes os trechos que pretendam citar. A motivação principal é ter a certeza de que a citação está correta e completa e de que o entrevistado a sustentará. Mas Marimow tem um segundo motivo: "Relendo as citações, posso verificar se a pessoa respondeu realmente à pergunta ou se tentou contorná-la".

Ele cita uma entrevista em que perguntou ao prefeito de Filadélfia, W. Wilson Goode, se havia comprado convites para um banquete em honra ao

reverendo Louis Farrakhan. Ao reler o trecho, diz Marimow, percebeu que Goode não havia realmente respondido à pergunta, mas dissera somente que, procurando entre os seus papéis, nada encontrou sobre a compra. Se não tivesse relido imediatamente, diz Marimow, não teria percebido que Goode não havia dado uma resposta direta, a não ser depois da entrevista, quando talvez fosse mais difícil obter um comentário adicional.

Reler o texto para o entrevistado, acha Marimow, também “o encoraja a manter-se *on the record* porque sugere fortemente que o repórter deseja ser justo, correto e completo. Cria-se uma relação mesmo quando a entrevista decorre em condições hostis”.

Outra técnica de Marimow para convencer as fontes a falar *on the record* é procurar o lado oposto. No ano passado ele recebeu a informação confidencial de que agentes do FBI plantados no teto do salão de um sindicato local ouviram a conversa dos diretores da entidade quando faziam pagamentos em dinheiro a catorze juízes de Filadélfia. Inconformado com o silêncio até que a investigação se tornasse pública, Marimow contactou várias fontes envolvidas com o cumprimento da lei para iniciar – *off the record* – sua reportagem. “De posse dos dados que me foram fornecidos por um dos lados da equação, o da observância da lei”, diz ele, “procurei o lado da defesa – os juízes e seus advogados –, sabendo que eles tinham uma justificação para os pagamentos e que, dando-me a conhecer tal justificação, na verdade estariam confirmando o lado da acusação”.

Um juiz finalmente concordou em falar *on the record*, dizendo que o que acontecera fora nada mais do que uma troca em família de presentes de Natal. Posteriormente, conseguiu ouvir, devidamente identificados, outros implicados, porque “sempre que se consegue entrevistar uma pessoa *on the record*, não é difícil ouvir mais duas ou três, porque elas perdem o medo de estar falando sozinhas”.

A persistência também premiou Loretta Tofani, que persuadiu primeiro um e finalmente onze ou doze homens, que tinham sido violentados durante o período anterior ao julgamento, que passaram na prisão de Prince George's County, Maryland, e consentiram que o “Washington Post” publicasse suas histórias com o nome e a foto de cada um, o que foi feito em 1982. Tofani desde então transferiu-se para o “Philadelphia Inquirer”. Um dos editores de suas matérias no “Post”, Laura Sessions Stepp, diz que, se Tofani não tivesse podido identificar as vítimas, suas reportagens provavelmente não teriam determinado as reformas que foram feitas, inclusive a construção de uma nova cadeia, a contratação de mais guardas e a substituição do diretor da prisão.

James McCartney, do escritório de Washington da Knight-Ridder, é conhecido pelos esforços que faz para identificar as fontes em suas reportagens. Está entre os poucos repórteres que preferem se retirar dos *briefings* a permitir que as autoridades do governo plantem na imprensa declarações sem menção da fonte e às vezes belicosas.

Certa vez, McCartney revelou a identidade do “alto funcionário do governo” cujos comentários sobre política externa eram regularmente publicados nas primeiras páginas tanto do “The New York Times” como do “Washington Post”. O funcionário não era outro senão Henry Kissinger. Se outras organizações jornalísticas seguissem o exemplo de McCartney e arran-

cassem a máscara das autoridades governamentais que não querem seus nomes vinculados a declarações políticas, a Casa Branca e o resto da Washington oficial poderiam ser forçados a concordar em que o maior número dos seus *briefings* fossem devidamente identificados.

Os *briefings* diários na Casa Branca, assistidos por dezenas de repórteres, são acompanhados de transcrições oficiais. Mas Saul Friedman, de "Newsday", se queixa de que talvez 40% são feitos a título de informação, comprometendo-se os repórteres a não revelar o nome de quem lhes satisfaz a curiosidade, ainda que tal pessoa apareça na manhã seguinte na televisão. Uma das conseqüências é o ócio institucional, acredita Friedman. "Não sei de nenhum jornalista credenciado na Casa Branca que se recuse a usar fontes anônimas; em compensação, conheço grande número deles que nem sequer tenta persuadir as pessoas a falar *on the record*", acrescenta.

Além desses *briefings* de massa concedidos por funcionários anônimos, pequenos grupos de repórteres – escolhidos por trabalharem para importantes empresas jornalísticas ou por causa de sua conhecida condescendência com o governo – são rotineiramente convidados para conversas esclarecedoras que podem ganhar primeira página ou horário nobre na TV. Se um jornal do interior da qualidade de um "The Sacramento Bee" ou um "Star Tribune" de Mineápolis publicasse uma matéria identificando a fonte não mencionada de uma importante história de primeira página do "The New York Times", alguém duvida que o "Times" trataria do assunto e em conseqüência revelaria a sua própria fonte? Este tipo de fiscalização de matérias baseadas em fontes anônimas atenderia ao público e reforçaria também a credibilidade do jornalismo.

McCartney, da Knight-Ridder, enfatiza com propriedade que as fontes anônimas "podem ser uma boa coisa, porque muitas vezes elas estão do lado do público. Não me lembro de exemplo melhor do que o dos Documentos do Pentágono (Pentagon Papers)". Nesse caso eram os próprios documentos, não quem os entregou à imprensa, que importavam. Mas sua observação – de que os que estão sempre prontos a trilar o apito são candidatos mais merecedores do anonimato do que as autoridades – é válida. Os veículos que usam somente citações *on the record* correm o risco de apresentar apenas a versão oficial dos fatos.

McCartney acha que o uso generalizado de fontes anônimas, em detrimento de uma investigação rigorosa, é devido, em parte, à "imensa pressão para produzir rapidamente", e em parte à "letargia e à preguiça", e que muitas organizações prestigiosas ajudam a criar uma atmosfera que encoraja outros veículos a usarem em excesso as fontes não mencionadas.

Diz McCartney que "The New York Times" e "The Washington Post" usam abundantemente as fontes anônimas – o "Post" usa mais do que qualquer outro jornal –, mas não lucram muito com isso. Em geral recorrem a essas fontes – prossegue – para forçarem o governo a se manifestar. "The Miami Herald" ganhou o Pulitzer com uma história baseada em fontes identificadas sobre como era feito o financiamento dos *contras*.

Alguns repórteres, diz McCartney, "consideram-se mais importantes" citando fontes anônimas. "Vi repórteres não usarem nomes quando as fontes estavam dispostas a serem identificadas porque achavam [os repórteres] que isto dava um cunho especial ao seu trabalho."

Como McCartney, vi colegas que virtualmente induziam os entrevistados a dizerem que não queriam ser identificados. O mesmo aconteceu com Bill Kovach, que, na qualidade de editor em Washington do "The New York Times", surpreendeu um dos repórteres dizendo a alguém pelo telefone: "Suponho que isto é em *background*". Kovach, segundo relatou David Shaw em "Press Watch", repreendeu o repórter, depois recomendou ao seu *staff* que não propusesse jamais o anonimato, e que só cedesse depois de muita relutância. O "Times", acrescentou Kovach, que hoje é diretor do "The Atlanta Journal" e "Constitution", não era influenciado por informações colhidas em *background*.

Mas, apesar do que dizem os editores sobre seu horror às fontes anônimas, elas abundam – no "The New York Times", "The Miami Herald", meu próprio jornal, em revistas de notícias, semanários de pequenas cidades, em reportagens duras sobre escândalos públicos e até em matérias sobre estilos de vida.

Assim, para os editores que querem antes agir do que apenas denunciar, uma sugestão: solicitem aos repórteres que identifiquem para si todas as fontes anônimas, sem exceção. Se o repórter que concedeu o privilégio do anonimato parcial ou total a uma fonte sente que poderá correr o risco de prisão para manter sua promessa, então o editor, também, deve assumir esse risco – ou passar o cargo a alguém com ânimo mais forte. Se a fonte anônima tiver de ser usada, os editores deverão insistir na mais específica identificação possível.

Devo acrescentar, incidentalmente, que, embora eu use raramente fontes anônimas, não me lembro de um único editor nos últimos dez anos que me tenha pedido para identificar qualquer delas. Procurei, no entanto, vários editores dizendo que desejava revelar-lhes a identidade de uma fonte anônima para que pudessem fazer um juízo independente dela. Merzer diz que os editores do "Miami Herald", em algumas ocasiões, pediram-lhe que identificasse fontes anônimas, mas sua impressão é que o fizeram mais por curiosidade do que por preocupação jornalística.

Finalmente, o uso de fontes anônimas em muitos casos é questão de economia, tanto para a direção da empresa como para o jornalista. Nada custa a um órgão de comunicação permitir que uma autoridade do governo, seja na Casa Branca ou na prefeitura de uma cidade do interior, cochiche anonimamente ao ouvido de um repórter. Mas caçar fontes que falarão *on the record*, como faz Marimow, buscando implacavelmente conhecer o outro lado de uma história, ou localizar, ler e compreender documentos, leva tempo – e também custa dinheiro.

No entanto, se os diretores dos veículos de comunicação social estiverem verdadeiramente interessados em sua credibilidade, que é crucial para os seus interesses comerciais a longo prazo, deverão empenhar-se ao máximo para impedir o uso excessivo de fontes anônimas.